

Reflexão sobre a mensagem do papa Francisco para o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação

A qualidade e oportunidade dos textos a que o papa Francisco já nos habituou, é de tal forma acentuada que por vezes nos conduz à pouca atenção com a qual os lemos e à baixa reflexão que, da nossa parte, lhes dedicamos.

Poderá ser, eventualmente, o tratamento dado pela generalidade do cidadão comum à mensagem de FRANCISCO para o DIA MUNDIAL DE ORAÇÃO PELO CUIDADO DA CRIAÇÃO, celebrado pela Igreja Católica há alguns anos em união e espírito ecuménico com diversas outras Igrejas e comunidades cristãs.

Trata-se, no entanto, de um pequeno texto, de fácil leitura, mas de extrema actualidade em Portugal e para os portugueses. Francisco debruça-se, no tema geral do Cuidado da Criação, sobre a questão da ÁGUA: “gostaria de chamar a atenção para a questão da água, elemento tão simples e precioso...”, escreve o Papa, que continua: “pensando no seu papel fundamental na criação e no desenvolvimento humano, sinto a necessidade de dar graças a Deus pela ‘irmã água’ simples e útil sem nada de parecido para a vida no planeta”.

As frases de Francisco que se seguem parecem escritas a pensar em Portugal: “Precisamente por esse motivo [nada de parecido para a vida no planeta], cuidar de fontes e bacias hídricas é um imperativo urgente. Hoje mais do que nunca é necessário um olhar que ultrapasse o imediato [...]. Precisa-se urgentemente de projectos conjuntos e de acções concretas tendo em conta que é inaceitável qualquer privatização do bem natural da água que seja contrária ao direito humano de poder ter acesso a ela. [...] Dar de beber, na aldeia global, não envolve apenas gestos pessoais de caridade, mas escolhas concretas e compromisso constante de garantir a todos o bem primário da água.”

Francisco afirma, assim, por outras palavras, que são essenciais políticas públicas da água as quais têm aliás estado debaixo da atenção dos mais credíveis e competentes especialistas, nos últimos anos em Portugal, sem que, contudo, os recentes governos lhes tenham dado a devida atenção. As razões dessa atenção radicam na necessidade (em consonância com as palavras do Papa) de conciliar interesses públicos e valores públicos de vária ordem, alguns mesmo inter-geracionais, e interesses particulares dos mais diversos utilizadores dos recursos hídricos. Esta necessidade veio o Direito comunitário pôr em destaque, com a publicação, há já 18 anos, da Directiva-Quadro da Água, transposta para o Direito interno português pela Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro.

A água é um recurso finito, ainda que renovável (o mesmo não é dizer “inesgotável”), o qual se encontra sujeito às leis da natureza e de cujos diferentes usos dependem todas as formas de vida conhecidas na casa comum que é o nosso planeta; muitos daqueles usos, sendo contraditórios, tornam-se geradores de conflitos. Daí que economia da água e políticas públicas se entrelacem estreitamente ou, traduzido nas palavras de Francisco: “Este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável.”

Evidentemente não é, ainda, esta a situação em Portugal, mas, com a instabilidade acentuada das alterações climáticas, o nosso país precisa urgentemente de um conjunto, coerente e eficaz, de políticas públicas desenhadas para a água com o objectivo de preservar, de forma sustentável, os recursos hídricos, hoje já não tão abundantes quanto tudo isso.

Esta é a reflexão estratégica sugerida pelas sábias palavras do papa Francisco.

Fernando Gomes da Silva